



Resumo de Notícias

02/03/2016 - Instituto Telecom

Ministros das Comunicações e da Cultura vão abrir diálogo com as teles pela Condecine

Os ministros André Figueiredo, das Comunicações, e Juca Ferreira, da Cultura, procurarão as teles em busca de acordo para que retirem as ações contra o recolhimento da Condecine, impetradas no final de janeiro e que suspendeu liminarmente o pagamento do tributo. “Mas nós não vamos tergiversar no que diz respeito da manutenção da política de audiovisual, que está implantada e que não pode ter uma descontinuidade, caso a liminar que foi mantida em segunda instância se perpetuar”, afirmou Figueiredo, nesta terça-feira, 1º, depois de se reunir com o titular da pasta da Cultura e com o diretor-presidente da Ancine, Manoel Rangel.

Figueiredo disse que o diálogo será aberto com o SindiTelebrasil até a próxima semana, tendo em vista que o prazo final para recolhimento da taxa pelas operadoras é 30 de março. “Vamos buscar um caminho que seja adequado e conseqüentemente essas ações sejam retiradas”, afirmou. Os ministros não descartaram a possibilidade de discutir o aumento de 28% da Condecine Teles, mas afirmaram que há dificuldades jurídicas para reverter a alta. “O aumento foi autorizado por portaria, que cumpriu uma decisão legal”, disse o ministro das Comunicações. Figueiredo disse que o SindiTelebrasil se mostrou aberto ao diálogo.

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, destacou que a contestação do tributo é inaceitável porque a taxa foi criada dentro de uma política amplamente pactuada e que está funcionando e dando certo. “Nós estamos abertos ao diálogo, por ser muito melhor do que a disputa jurídica sob todos os aspectos”, disse.

Para o presidente da Ancine, Manoel Rangel, o argumento das teles de que o aumento da taxa quebrou o acordo não faz sentido. “A Condecine foi criada a partir de uma desoneração tributária, da TFF, e o que aconteceu no ano passado foi a atualização monetária dos tributos cobrados por 14 setores

regulados, por decisão do Ministério da Fazenda”, afirmou. Ele disse que houve muita sensibilidade por parte do governo de não fazer a atualização monetária da TFF, que traria um impacto brutal para o setor.

“A Condecine é fruto de uma decisão construída por todos os setores, todos os agentes econômicos, e a atualização monetária foi construída por lei”, disse Rangel. Ele ressaltou que não houve manifestação das teles durante a tramitação da legislação que culminou com o aumento.

Sobre o argumento das teles de que haveria recursos para o audiovisual para este ano, mesmo sem a contribuição delas, Ferreira afirmou que essa avaliação não cabe a esses empresários. “Cada qual no seu cada qual, depois de cair na conta, a administração do recurso cabe ao governo – claro que com toda a transparência”, disse. “Quando há disputa jurídica, tudo é argumento. Nós queremos chamar para a razoabilidade do diálogo”, completou.

Os ministros não adiantaram qualquer posição a ser adotada pelo governo, caso não haja acordo. “Primeiro vamos buscar o diálogo, o plano B fica pra depois”, disse Figueiredo.

A arrecadação da Condecine pelas teles representa 74% das receitas estimadas do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), sendo este o principal mecanismo de mobilização do setor audiovisual brasileiro, com investimentos em diversos elos da sua cadeia produtiva. Segundo Ferreira, esses recursos resultaram em um grande avanço do audiovisual. “Saímos de seis filmes anuais para mais de 150 e estamos fornecendo conteúdo para TV por assinatura, já conquistando uma parcela razoável de público”, disse.

De acordo com o ministro da Cultura, o não recolhimento trará prejuízos enormes para o audiovisual e para política para o setor, que tem tido muito sucesso. Ele disse que está otimista com o diálogo.



Resumo de Notícias

02/03/2016 - Instituto Telecom

Teles e OTTs se unem por zero-rating, ativistas criticam

Boa parte das contribuições enviadas à consulta pública sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet, que se encerra hoje, 01, procura jogar luz sobre o obscuro tema do zero-rating e do acesso patrocinado. De um lado, empresas defendem a liberdade do modelo de negócios, de outro, academia e ativistas questionam os impactos à competição e à inovação que tais modelos trazem à competição e à inovação.

De uma forma ou de outra, mesmo interlocutores com pontos de vista divergentes parecem concordar ser necessária uma redação mais clara aos artigos que tratam da neutralidade de rede. Para o Facebook, a oferta de acesso gratuito a aplicativos por parte das provedoras de acesso ou de conteúdo deve ser liberada. A rede social considera que tal prática pode expandir o acesso à internet. Diz que não se trata de discriminação de tráfego ou priorização de pacotes.

A Vivo escolhe caminho semelhante ao da rede social. Em sua contribuição, afirma que a regulamentação pode "garantir igualdade de oportunidades entre provedores de aplicativos e provedores de conexão". Pede que o Ministério da Justiça escolha uma redação para o decreto que concilie a proteção de neutralidade de rede e "as inúmeras possibilidades contratuais, de negócio e de criação de produtos inovadores".

A consultoria Solintel defende que se coloque na regulamentação quais tipos de acordo podem ser firmados entre provedores de conexão e provedores de aplicação, "para que novos modelos criados não venham mascarar a discriminação de dados e serem estes aprovados por motivos políticos do órgão competente agindo arbitrariamente".

A Sky pede que o regulamento autorize expressamente os provedores de acesso a realizar ofertas de zero-rating e firmar contratos com provedores de conteúdo ou outras empresas "para ajudar a fornecer conteúdo patrocinado aos usuários finais". E propõe que a Anatel vigie estes acordos para prevenir abusos.

"A revisão de acordos comerciais, tais como zero-rating, em base ex post permitiria que a Anatel interrompesse quaisquer práticas prejudiciais", defende.

O Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (CTS- FGV) mantém a bandeira contrária ao zero-rating, já levantada em outras ocasiões. Defende que o Marco Civil, como está redigido hoje, já torna a prática ilegal. Mas pede a menção à proibição. A organização não governamental Access afirma que a discriminação por preço não deixa de ser uma forma de discriminação, ferindo o princípio de internet aberta. "Além disso, o caráter público do serviço de telecomunicação no Brasil é incompatível com a existência de um intermediário que pode se tornar um 'gatekeeper' [censor de conteúdo]", diz.

A Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, por exemplo, pede a exclusão do parágrafo único do artigo 4º do decreto, que trata de modelos de cobrança de acessos. Afirma que o Marco Civil já versa sobre a questão, garantindo a liberdade de modelos. "Não cabe ao regulamento trazer uma limitação que não está prevista anteriormente". O Coletivo Intervenientes, que defende a liberdade na internet, pede que o parágrafo seja preservado sem alterações pois entende que o Judiciário pode ser acionado para evitar tal modelo de negócio.

Já a fornecedora de redes Ericsson defende a oferta de serviços zero-rating como degustação de serviços mais avançados das operadoras. Cita como exemplo o programa BingeOn da T-Mobile, nos Estados Unidos, que permite o acesso gratuito a streaming de vídeos em baixa resolução pelos usuários, quem quiser melhor resolução deve pagar. "Entendemos que as Operadoras deverão ter assegurada de oferecer serviços baseados em zero-rating, contanto que a qualidade dos demais serviços prestados atendam a todos os critérios de qualidade da Anatel", defende.



Resumo de Notícias

01/02/2016 - Telesíntese

Marco Civil: Vivo pede exceção para controle parental, e Ericsson, para IOT

Para a operadora, usuário deve controlar restrições de rede, para a fornecedora, futuros serviços precisarão de tratamento diferenciado

A Telefônica Vivo aproveitou a consulta pública sobre o regulamento das exceções à neutralidade e privacidade de dados do Marco Civil da Internet para pedir a flexibilização quanto a um modelo de negócio: a oferta de bloqueio de conteúdo na rede a pedido do usuário.

A operadora sugeriu a inclusão de parágrafo autorizando a oferta de serviços de controle de tráfego ao usuário justificando-o como um dever dos pais proteger os filhos. “ Em conformidade com o dever parental de proteção da criança, do adolescente e do jovem, previsto a vedação ao bloqueio prevista no § 3.º do Artigo 9.º da Lei n.º 12965 de 23 de Abril de 2014, não se aplica aos provedores de acesso ou conexão, quando o assinante ou usuário, por sua iniciativa, contratar um acesso à Internet com a facilidade de restrição de acesso a conteúdos/aplicações conforme definido pelo responsável”, propõe.

Internet das Coisas

Já a fabricante Ericsson manifestou o interesse na economia da 5G, que vai conectar milhões de dispositivos à internet. Diante da evolução que prevê para a conectividade móvel, cobra a diferenciação dos serviços de internet das coisas, afirmando que não devem se enquadrar nos princípios de neutralidade da regulamentação.

O texto, diz, deve “ explicitar que não se aplicará a serviços oferecidos sobre plataformas IP e aqueles serviços já existentes e futuros que, por exemplo, caracterizam e caracterizarão a Internet das Coisas. Devido a suas necessidades específicas – que demandam tratamento diferenciado nas redes das Operadoras -, tais serviços jamais se confundem com a natureza pública da Internet”, afirma. Outro exemplo de conexão isenta dos princípios de neutralidade seria a IPTV.

01/02/2016 - Telesíntese

Receita líquida do Mercado Livre no Brasil cresceu 50%, em reais, em 2015

O lucro líquido do ano foi de US\$ 105,8 milhões crescimento de 46% comparado a 2014.

O site de intermediação de e-commerce Mercado Livre anunciou hoje, 01, os resultados financeiros correspondentes ao quarto trimestre e ao consolidado do ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015. A unidade do Brasil, maior mercado para a companhia, fechou o ano de 2015 com receita líquida de US\$ 290,6 milhões – crescimento de 6% em dólares e de 50% em reais. Em 2014 a companhia cresceu 45% em reais em

comparação com 2013.

Segundo Stello Tolda, Vice-Presidente Executivo e COO do Mercado Livre, 2015 foi um dos melhores anos da história da companhia. A visão para 2016 permanece positiva. “ Manteremos nossos principais esforços focados na inovação e na cultura organizacional que coloca o cliente no centro das nossas ações”, afirma.



Resumo de Notícias

A receita líquida da companhia em 2015 foi de US\$ 651,8 milhões, um crescimento de 17% sobre 2014. O lucro líquido do ano foi de US\$ 105,8 milhões crescimento de 46% comparado a 2014.

Em 2015, 128,4 milhões de itens foram vendidos no Mercado Livre, um crescimento de 27% sobre 2014. O volume bruto gerado pelas transações no site (GMV) foi de US\$ 7,2 bilhões. O total de transações de pagamentos realizadas via Mercado Pago teve um crescimento de 73,7%, chegando a 80,4 milhões de operações e a um volume total pagamentos de US\$ 5,2 bilhões.

Quarto trimestre

No quarto trimestre de 2015, 36,8 milhões de itens foram vendidos no Marketplace do Mercado Livre, um aumento de 27% sobre o mesmo período de 2014. O destaque foi o crescimento das operações na Argentina,

de 58,2%. O volume bruto gerado pelas transações no quarto trimestre foi de US\$ 2 bilhões, o que representa 85,8% de crescimento em moedas locais e 11,6% em dólares.

A receita líquida da companhia no quarto trimestre foi de US\$ 180,7 milhões, um crescimento de 12% em dólares e de 69% em moeda constante ano contra ano. Excluindo a Venezuela, a receita líquida cresceu 13,6% em dólar e 51,3% em moedas locais. O crescimento da unidade de Marketplace foi de 63% em moeda constante e de 2% em dólares, enquanto a receita das outras unidades de negócio cresceu 79% em moeda constante e 30% em dólares, impulsionada principalmente pelo desempenho do MercadoPago, Envios e Publicidade. O lucro líquido no quarto trimestre de 2015 foi de US\$ 39 milhões – crescimento de 14% em relação a 2014.

01/03/2016 - Rede Brasil Atual

Blogueiros divulgam abaixo-assinado contra 'autoritarismo das Organizações Globo'

Documento fala da "judicialização da censura para intimidar jornalistas que investigam o caso do tríplex em Paraty", em referência à propriedade da família Marinho no litoral do Rio

Jornalistas, blogueiros, intelectuais, políticos e membros de entidades civis divulgaram hoje (1º) um abaixo-assinado em que repudiam "o autoritarismo das Organizações Globo, responsáveis por mais um ataque frontal à liberdade de expressão".

O documento se refere à "judicialização da censura para intimidar blogueiros e jornalistas que investigam o caso do tríplex em Paraty (RJ) que, segundo uma fiscal do ICMBio, pertenceria à família Marinho". Trata-se da propriedade dos herdeiros de Roberto Marinho no litoral do Rio de Janeiro. O imóvel é investigado pelo Ministério Público Federal, viola leis ambientais e se localiza em área desmatada de um parque federal.

"A informação foi divulgada pela agência Bloomberg, em 2012, e replicada pelo site UOL e pela revista CartaCapital", destacam os signatários do abaixo-assinado.

Segundo o documento, veículos de mídia alternativa como O Cafezinho, Tijolaço, Diário do Centro do Mundo e Rede Brasil Atual aprofundaram as investigações nas últimas semanas. "E, estranhamente, receberam

notificações extrajudiciais por publicarem reportagens e artigos sobre o suntuoso imóvel."

As reportagens apontaram as supostas ligações da família Marinho com a Mossack Fonseca, "empresa multinacional investigada por ser especialista em abrir off-shores". Segundo os signatários do documento, "a repercussão desagradou a empresa monopolista, que ordenou a retirada dos conteúdos do ar".

De acordo com o abaixo-assinado, a estratégia das Organizações Globo é utilizar a ação judicial "com o fim de intimidar e sufocar, financeiramente, os que ameaçam – ou expõem – seu império".

Eles destacam também que a atitude fere a liberdade de expressão e demonstra "ojeriza e intolerância para com as mídias alternativas". A estratégia "censura da Rede Globo", afirma o documento, demonstra "talvez um resquício do período de sua ascensão econômica enquanto tentáculo midiático da ditadura militar".

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/blogueiros-divulgam-abaixo-assinado-contra-autoritarismo-das-organizacoes-globo-2413.html>



Resumo de Notícias

01/02/2016 - Vermelho

Estudantes e trabalhadores se mobilizam em defesa do pré-sal

Dirigentes sindicais e estudantis são unânimes em uma questão: a retirada da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal pode acarretar em perdas ao povo brasileiro. Proposta de José Serra (PSDB-SP), o Projeto de Lei 131/2015 foi aprovado no Senado e segue para a Câmara dos Deputados, tendo ainda a possibilidade da presidenta Dilma vetá-lo.

Ao Portal Vermelho, entidades do movimento social contam o que mudará caso o projeto seja aprovado.

A presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, argumenta que a defesa do petróleo para os brasileiros é uma bandeira histórica da entidade. "Uma das maiores lutas do movimento estudantil no último período foi pela destinação dos royalties para a educação e sua aprovação só foi possível pela discussão da nova lei do pré-sal, que também propiciou o fortalecimento da Petrobras. O principal prejuízo, se aprovado o projeto, é a perda da Petrobras no controle da exploração do pré-sal, podendo, por consequência, enfraquecer a destinação dos royalties para a educação."

A presidenta da UNE deixa claro que a luta em defesa do pré-sal terá a marca da mobilização estudantil. "É preciso nos apegarmos a dois focos, as manifestações na Câmara dos Deputados, enchendo as galerias, e também pressionando o governo para que a presidenta Dilma se posicione pelo veto."

O dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Divanilton Pereira, considera que a mudança da exploração do pré-sal intensificaria a precarização da classe trabalhadora. "O trabalhador não possui apenas uma visão que busca defender seu *stricto sensu*. A defesa do patrimônio enquanto força para produzir o desenvolvimento brasileiro é o grande aspecto central sobre o modelo de exploração. É fato que uma empresa fragilizada, tendo menos ação sobre o petróleo, repercute sobre o padrão de direitos e, em segundo plano, teria um impacto nas relações trabalhistas. Os maiores interessados hoje na desregulamentação da

terceirização no Brasil são as operadoras de petróleo", avalia o dirigente sindical.

Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), considera que a presidenta Dilma acertou quando garantiu no Marco Regulatório do petróleo o regime de partilha e sustentou a política do conteúdo local, porém, com a alteração da lei, recém-aprovada no Senado, poderá haver impacto na cadeia produtiva do petróleo. "As multinacionais, desde sempre, foram contrárias a essas regras porque perdem oportunidade de lucrativos negócios e não têm compromissos com os interesses nacionais. O governo vive um momento de instabilidade política e o mercado, bem como a direita conservadora, tentam impor uma agenda extremamente regressiva", declara.

"Em um quadro de difícil correlação de forças, não podemos entrar no engodo delas. Do contrário, o resultado pode ser a desfiguração dos aspectos centrais do marco regulatório atual. Estamos numa fase de resistência e disputaremos os rumos estratégicos da atuação da Petrobras. Criamos grandes expectativas com a descoberta do pré-sal e o governo Dilma definiu como estratégia do novo mandato a construção da Pátria Educadora sustentada nessa nova realidade, ou seja, nos lucros do pré-sal. A aplicação dos recursos da exploração do petróleo para financiar a saúde, a ciência e as novas tecnologias tem um caráter estratégico para a nação. O consórcio oposicionista aproveita-se do momento político instável e busca reverter a derrota que teve com a atual legislação petrolífera, fragilizar esse modelo constitui um precedente grave e sério prejuízo para a classe trabalhadora", alerta Adilson.

Várias entidades do movimento social estão convocando uma manifestação para o próximo dia 10 de março, em Brasília. A ideia é ocupar as galerias da Câmara, quando será votado pelos deputados o texto aprovado pelos senadores.

01/03/2016 - CUT

Trabalhadores da Telebras aprovam a proposta de Acordo Coletivo

Pelo acordo, o atual auxílio medicamentos será transformado em auxílio saúde preventivo



Nessa sexta-feira (26/2), às 12h, os trabalhadores da Telebras decidiram em assembleia geral aprovar, por ampla maioria, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016 apresentada pela empresa. O reajuste de 9,93% nos salários e benefícios é resultado do Dissídio Coletivo instaurado no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Para o diretor do Sinttel-DF, Clemilton Saraiva, os trabalhadores da Telebras conquistaram um bom acordo, se comparado com os acordos celebrados nas demais empresas estatais. "Resgatamos o índice de correção dos salários e benefícios sociais com base na inflação do período (data base 1º de novembro)", disse.

Segundo o diretor Antônio Couto, a Telebras

apresentou também uma carta de intenções à categoria se comprometendo a debater temas de interesses dos trabalhadores como, por exemplo, a rediscussão do plano de carreira e a ocupação dos cargos de gerências, etc. Pelo novo acordo, o atual auxílio medicamentos será transformado em auxílio saúde preventiva, já a licença adoção será estendida para homens e mulheres.

"Temos consciência que ainda não é o acordo ideal, mas conseguimos avanços expressivos para a categoria. Destacamos, no entanto, que a participação efetiva dos trabalhadores foi fundamental para se alcançar esse resultado," afirma nota do Sinttel divulgada no site da entidade.